

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Barueri, 21 de maio de 2025

PARECER JURÍDICO

035/2025



Fis. Nº	04
Proc. Nº	035/2025

De: Procuradoria Jurídica.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação,
Comissão de Segurança Pública.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 025/2025.

Autoria: CLEÔNIO OLIVEIRA SANTOS.

VIA
PROCURADORIA JURÍDICA

Dispõe sobre:

**"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO À
PASSAGEIRA (PMPP) DE TRANSPORTE POR APLICATIVO".**

Considerações iniciais

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do(a) Nobre vereador(a) Cleônio Oliveira Santos que pretende instituir o Programa Municipal de Proteção à Passageira – PMPP, de transporte por aplicativo.

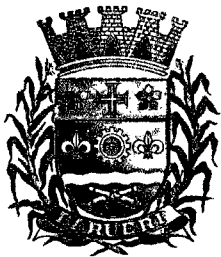
A segurança pública é um daqueles assuntos que requer atenção total e permanente, que deve ser aperfeiçoado, melhorado de acordo com a modernidade e o surgimento de novas tecnologias.

Diante disso, munido da sua competência local de legislar concorrentemente com o Estado sobre segurança pública que o município deve instituir políticas desta natureza, que consigam criar um estado de segurança em um mundo tecnológico.

De acordo com a Lei Orgânica - LOMB:

Art. 15. Ao Município compete, concorrentemente com o Estado:





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

I - zelar pela saúde, higiene e segurança pública

Portanto, com foco no aperfeiçoamento da segurança pública local, a presente propositura se justifica, amparada na competência suplementar/concorrente do município para legislar sobre o tema, conforme incisos do artigo 15, da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB.

Da competência legislativa concorrente

Imperioso registrar que o projeto não versa acerca daquelas matérias de iniciativa reservada ao Prefeito, porquanto não se trata de qualquer incursão na gestão ordinária administrativa a ele incumbida com exclusividade, assim como não provoca aumento de despesas da Administração.

Portanto, o nobre vereador, autor desta propositura, atua dentro de sua esfera legislativa, tendo em vista que maneja projeto contendo matéria de iniciativa geral, comum a todos os titulares da competência legislativa municipal, não havendo usurpação da competência legislativa do executivo.

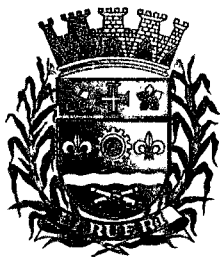
Considerações finais

Portanto, referido projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 13, inciso I, alínea 'd' artigo 15, inciso IV, ambos da Lei Orgânica do Município de Barueri - LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigo 58, 'caput' da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo ser observado o processo legislativo a seguir:

- a) Parecer da Comissão de Justiça e Redação (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) Parecer da Comissão de Segurança Pública (artigo 50, § 6º, do RI);

Fls. Nº	OS
Proc. Nº	1119/2025





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

- c) **Discussão Única** (artigo 47, da LOMB e artigo 173, §2º, do RI);
- d) **Quórum: maioria simples** dos membros da CMB presentes (artigo 51 da LOMB e artigo 184, inciso I, § 1º, do RI).
- e) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI);

Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.m.j., este é o Parecer que emerge desta Procuradoria Jurídica.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-geral da Câmara
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria Diretoria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA SILVA
Assessor da Secretaria Diretoria-geral

